

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO  
CULTURA MATERIAL E CONSUMO: PERSPECTIVAS SEMIOPSIKANALÍTICAS

MARIANA ZINSLY

**A RETOMADA DA BANDEIRA É NOSSA: DISPUTAS E APROPRIAÇÕES DOS  
SÍMBOLOS NACIONAIS**

SÃO PAULO

2022

MARIANA ZINSLY

**A RETOMADA DA BANDEIRA É NOSSA: DISPUTAS E APROPRIAÇÕES DOS  
SÍMBOLOS NACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de especialista em Cultura Material e Consumo: Perspectivas Semiopsicanalíticas.

Orientadora: Prof. Dr. Pedro De Santi

SÃO PAULO

2022

## **AGRADECIMENTOS**

- A minha família, por sempre me lembrar do papel da educação e por todos os esforços para me possibilitar todos os acessos que tive até hoje;
- A universidade pública, pela minha formação;
- Aos meus amigos, por dividirem e enaltecereem os caminhos;
- Aos professores do curso, em especial, ao meu orientador.

## RESUMO

**A retomada da bandeira é nossa:** disputas e apropriações dos símbolos nacionais. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Especialização em “Cultura Material e Consumo: Perspectivas Semiopsicanalíticas”) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O presente trabalho busca analisar através de uma perspectiva histórica as disputas e processos de ressignificações dos símbolos pátrios, em especial a bandeira do Brasil, de forma a entender, através de uma perspectiva semiótica, os possíveis interpretantes da bandeira enquanto signo. Dessa forma, após tecer esse fio condutor, busca-se analisar o recorte do ano de 2022 para observar uma captação da bandeira do Brasil como símbolo de um governo conservador de direita, e analisar narrativas e discursos que vão de encontro com o objetivo de contestar essa relação entre signo, objeto e interpretante. Neste limiar, o seguinte trabalho se propõe a observar a quais outros interpretantes se intenciona possibilitar e endossar através da bandeira do Brasil enquanto signo, e de que forma tais interpretantes se contrapõem com os então predominantes no cenário atual.

**Palavras-chaves:** Bandeira do Brasil; Signos; Semiótica; Símbolos Nacionais; Identidade Nacional.

## ABSTRACT

**The retaking of the flag is ours:** disputes and appropriation of national symbols. Course Conclusion Paper (Postgraduate Specialization in “Material Culture and Consumption: Semiopsychoanalytic Perspectives”) – School of Communications and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

This paper seeks to analyze through a historical perspective the disputes and processes of resignification of patriotic symbols, as well as especially the flag of Brazil, in order to understand, through a semiotic perspective, the possible interpretants of the flag as a sign. In this way, through a historical mapping, it is sought to analyze specifically the 2022 year to observe a capture of the flag of Brazil as a symbol of a right-wing conservative government and to analyze narratives and speeches that pretend to contest this relation between sign, object and interpretant in the present paper evidenced. The following work then proposes to observe which other interpretants it is intended to enable and endorse through the flag of Brazil as a sign and how such interpretants contrast with the prevailing ones in the current scenario.

**Keywords:** Brazilian flag; signs; Semiotics; National symbols; National Identity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Slogan utilizado durante a Ditadura Militar. ....	16
Ilustração 2: Pelé levanta a taça de campeão com o ditador Médici.....	18
Ilustração 3: Propaganda em prol das “diretas já”.....	19
Ilustração 4: Campanhas eleitorais divulgadas em 1989. ....	22
Ilustração 5: Manifestantes nas passeatas "Fora, Collor" .....	24
Ilustração 6: manifestações em 2015 pedindo o impeachment e intervenção militar	25
Ilustração 7: Manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff. ....	28
Ilustração 8: Posse de Jair Bolsonaro. ....	29
Ilustração 9: Manifestante vai com blusa da CBF para manifestação pelo impeachment de Bolsonaro.....	31
Ilustração 10: Trecho da campanha em prol de Jair Bolsonaro. ....	36
Ilustração 11: Dançarinas Juliete e Aline Maia.....	38

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
OBJETIVOS .....	8
Objetivos específicos .....	8
METODOLOGIA.....	9
CAPÍTULO 1 - NAÇÕES IMAGINADAS: SIGNOS E INTERPRETANTES POSSÍVEIS. ....	10
CAPÍTULO 2 - SÍMBOLOS NACIONAIS, UMA DISPUTA HISTÓRICA. ....	14
CAPÍTULO 3 - A APROPRIAÇÃO DA BANDEIRA BRASILEIRA POR UMA EXTREMA DIREITA.....	24
CAPÍTULO 4 - A RETOMADA DA BANDEIRA É NOSSA. ....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
REFERÊNCIAS.....	46

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscará analisar as formas de ressignificações e disputas acerca do uso da bandeira nacional brasileira, bem como, dos símbolos atrelados a ela no contexto do ano de 2022, em que se observa uma tentativa de retomada desta partidariamente pela direita política. Isto se dá perante a associação de seu uso e de suas cores, que apesar de símbolos de uma nação, passaram a ser legitimadas e estrategicamente utilizadas em detrimento de uma parcela, essa de forte apelo de um viés político conservador, adotada então pelo eleitorado do atual governo em gestão.

Neste sentido, tratando-se de um ano eleitoral, o seguinte trabalho tem sua relevância no atual contexto de polarização política em que a bandeira nacional deixou de ser um símbolo da nação brasileira e passou a representar uma direita consolidada no poder vigente. Dessa forma, em um ano de disputa eleitoral em que é notável a continuidade da polaridade já marcada nas eleições de 2018, porém agora antagonizada pelos candidatos Luis Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, marcando um posicionamento de direita e de esquerda; reforçam-se os discursos sobre a retomada de um símbolo da nação como parte desse embate, configurando um cenário em que há a tentativa de retomada da esquerda do poder do Estado, assim como a tentativa de ruptura da supremacia de certos discursos ideologicamente conservadores e que ferem a democracia, consolidados com a atual gestão do governo.

Portanto, o presente trabalho busca investigar de que forma esses discursos se estabeleceram em conjunto ao uso da bandeira nacional e de que forma os valores desses discursos passaram a ser inerentes ao uso da bandeira, estabelecendo uma relação entre signos, significantes e nação.

Vale retomar que esse discurso conservador se afirmou no atual governo brasileiro junto ao seu também plano de governança conservador, em um período marcado por impactos em todas as suas áreas devido a proliferação da pandemia do Covid-19. O que acompanhou-se também foram práticas antivacinas e anticiência, políticas de enfraquecimento de legislações ambientais privilegiando uma bancada no congresso ruralista, além de discursos de supremacia da ordem religiosa, defesa do armamento e de não tolerância às minorias. O que nota-se é que tais ideologias e escolhas de governo passaram a ser representadas então pelo uso da bandeira nacional, ao ser tomada como símbolo da presidência em questão.



Para então analisar e entender o processo de como a bandeira do Brasil estabelece uma relação de signo para diferentes objetos e interpretantes, faz-se necessário traçar uma perspectiva histórica para elucidar então de que forma o atual contexto social e político tem trazido enfrentamentos e uma tentativa de retomada da bandeira como um símbolo da nação, de modo a contextualizar que tais disputas não são contemporâneas, mas remontam a movimentações anteriores e uma constante disputa sobre a supremacia de símbolos nacionais e as suas tomadas e “roubos” anteriores da bandeira.

Além disso, como busca-se entender aqui os efeitos da bandeira do Brasil como um símbolo, vale-se discorrer sobre a perspectiva da semiótica Peirceana para melhor compreender de que modo as disputas sobre os significados da bandeira remetem, na verdade, a um embate sobre a quais objetos esse símbolo deve referenciar. Ou seja, a quais “Brasis” entende-se que essa bandeira deve representar (por um lado um Brasil que dá conta de uma maior pluralidade em contrapartida de um Brasil conservador) e diferentes perspectivas do que significa de fato o Brasil enquanto nação, além das disputas sobre diferentes interpretantes que ela deve despertar. Hoje, entende-se que essa bandeira pode muito facilmente gerar interpretantes relacionados a aspectos conservadores do atual governo, mas a disputa seria então para reforçar a sua capacidade de, enquanto signo, produzir interpretantes associados a um país mais democrático.

Ademais, o presente trabalho também busca reforçar o caráter de símbolos nacionais enquanto símbolos de nação e não em detrimento de uma parcela conservadora, e busca reforçar a defesa da retomada simbólica e da importância da bandeira como um símbolo de pertencimento da nação enquanto o todo.

## **OBJETIVOS**

Compreender as disputas por diferentes significações dos símbolos nacionais no Brasil, no ano de 2022, bem como as disputas por diferentes construções de imaginários da nação brasileira.

### **Objetivos específicos**

1. Traçar uma perspectiva histórica de diferentes estratégias do uso da bandeira nacional brasileira e suas cores enquanto mecanismo de reconhecimento pátrio de diferentes vertentes sociopolíticas;
2. A partir da perspectiva histórica entender o caminho que culminou na associação da bandeira brasileira ao presente governo, bem como, a valores conservadores e de direita;

## METODOLOGIA

O trabalho em questão, inicialmente, desenvolve uma pesquisa teórica acerca de conceitos necessários para o levantamento de definições de comunidades imaginárias e a compreensão da percepção da nação Brasil através de uma perspectiva de identidade nacional, além de apresentar como se desenvolveram as características que perpassam essa concepção nacional, dialogando com Anderson (2008) e Chauí (2000).

Além de tais conceitos iniciais, fez-se necessário a construção de um referencial teórico por meio de uma pesquisa bibliográfica através de trabalhos já publicados acerca do tema em plataformas como o "Google Acadêmico" por meio das intersecções: bandeira; símbolo nacional e signficante, com o objetivo de um levantamento de pesquisas prévias sobre o problema em questão, sendo possível construir uma visão histórica do mesmo processo que se busca analisar no presente.

Realizada a pesquisa de referencial teórico, foram listados discursos e produções atuais que compõem o objeto a ser estudado e a problemática da questão a respeito dos usos da bandeira do Brasil, entendidos como alternativo e indagadores. Em específico, será analisada uma produção audiovisual publicada na rede social *Instagram*, a qual acredita-se que possui a capacidade de sintetizar e exemplificar tal objeto de estudo.

Para tal pesquisa, utilizou-se como metodologia a análise semiótica de Peirce, através do método de aplicação de Lucia Santaella, ou seja, por meio de uma metodologia que contempla o estudo das ações dos signos para investigar fenômenos. Portanto, o estudo dos signos, compreende que este tem a capacidade de representar um objeto, ou seja, o signo é um primeiro, que não é o objeto em si, o objeto é um segundo, e ele apenas o representa e gera um terceiro, o interpretante (SANTAELLA, 1996).

Dessa forma, busca-se entender os usos da bandeira do Brasil enquanto símbolo que remete ao objeto de nação brasileira e identidade nacional e, uma vez que ele não é o objeto e apenas o representa, intenta-se investigar os interpretantes da concepção de nação que esses geram.

Isso posto, por meio de tal metodologia, torna-se possível traçar uma perspectiva histórica de interpretantes e investigar de que modo os novos esforços de significação buscam retomar ou romper com essa percepção.

## **CAPÍTULO 1 - NAÇÕES IMAGINADAS: SIGNOS E INTERPRETANTES POSSÍVEIS.**

Para então analisar os processos atuais de ressignificações de um símbolo nacional, como a bandeira do Brasil, é necessário primordialmente um resgate histórico sobre tais disputas. Para tal, inicialmente faz-se necessário o debate sobre em que consiste um símbolo nacional, e a compreensão de como estes refletem perante o conceito de nação. De acordo com Anderson (2008, p. 12):

Nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados "naturais e essenciais"; pouco passíveis de dúvida e de questionamento. O uso do "nós", presente nos hinos nacionais, nos dísticos e nas falas oficiais, faz com que o sentimento de pertença se sobreponha à ideia de individualidade e apague o que existe de "eles" e de diferença em qualquer sociedade. (ANDERSON, 2008, p. 12).

Segundo o autor, entende-se que a construção de imaginário nacional é uma construção social e cultural que se dispõe através de consensos coletivos que sempre podem ser contestados. Ou seja, segundo Anderson (2008, p.33): “na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada.” Portanto, os símbolos nacionais representam o papel de imaginário que conecta os membros de uma nação em sua heterogeneidade, naquilo que lhes é comum, de forma a apagar as diferenças através do que o autor configurou como “camaradagem horizontal”:

Independentemente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a ideia de um "nós" coletivo, irmanando relações em tudo distintas. (ANDERSON, 2008, p.12).

Assim, os habitantes dessas comunidades se imaginam em comunhão, em uma camaradagem com os demais, “independentemente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes” (ANDERSON, 2008, p.12) e mesmo sem necessariamente se conhecerem, através da identificação de pertencimento à mesma nação por meio dos símbolos, se identificam como parte do conjunto, ou seja, do que é “ser brasileiro”.

Ao longo da história, por diversos momentos estratégias foram adotadas por parte do governo com a intenção de reforçar esse reconhecimento de pertencimento à nação por parte da população, através de esforços para um sentimento de destaque de uma união entre seus membros, o que se compreende como um incentivo ao nacionalismo, ao sentimento de pertença à um coletivo.

O ponto inicial histórico de elaboração do pensamento sobre nacionalismo parte do surgimento do Estado moderno da “era das revoluções”, segundo Chauí (2000), esse Estado precisava incluir todos os habitantes na esfera da administração estatal, ao mesmo tempo sendo capaz de obter a sua lealdade enquanto questões antagônicas, como a luta no interior das classes, disputaria essa então lealdade. Assim sendo, a ideia de nação e a transformação do patriotismo em nacionalismo, reforçada com os símbolos de uma comunidade nacional imaginada, apresenta-se como solução para esses problemas.

De acordo com Chauí (2000, pg. 20) a ideologia de identidade nacional é baseada em sua relação com o diferente, com o outro, ou seja: “[...] ela define um núcleo essencial tomando como critério algumas determinações internas da nação que são percebidas por sua referência ao que lhe é externo, ou seja, a identidade não pode ser construída sem a diferença”.

Essa construção ideológica de uma identidade e unidade nacional ocorreu, segundo a autora: “na forma das três operações divinas que, no mito fundador, respondem pelo Brasil: a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado” (CHAUÍ, 2000, pg. 58), e corresponde a ideologia intitulada de “verdeamarelismo”, que constrói o Brasil como um país agrário - também devido a potência da sua natureza - e dependente, pois a sua história estava traçada como destino para Portugal conforme a escolha de deus, pois, segundo a autora, “se algum homem possuir poder é porque o terá recebido de Deus” (CHAUÍ, 2000, p.82).

Tal ideologia do verdeamarelismo opera como um conceito que constrói o imaginário do que é ser brasileiro e pertencente à nação Brasil, de forma que mantém seus habitantes com um sentimento comum de imaginário coletivo que aflora o pertencimento e o sentimento de patriotismo. Ainda, segundo a autora, em alguns momentos de unidade nacional esse sentimento se intensifica e aflora, como por

exemplo durante as competições esportivas ou então em decisões políticas como as eleições, manifestações ou momento de conflitos entre as nações.

Tais símbolos referentes à ideologia verdeamarelismo sofrem constantes mudanças, e o imaginário, assim como a cultura de um país, não está fixado, mas em constante atualização. Dessa forma, procura-se entender de que modo esses princípios formadores do imaginário de nação brasileira se manifestam ao longo da história, e quais são as tentativas de dar significado a bandeira do Brasil, que estão mais associadas ao mito fundador; e aquelas que buscam de certa forma romper com esse imaginário de país.

Isso posto, convém retomar de forma breve momentos significativos ao longo da história brasileira a fim de entender as disputas de apropriação e ressignificação do símbolo nacional da bandeira, sobre os imaginários construídos inerentes aos discursos sobre a flâmula que refutam o que é ser parte de um povo, para então chegar no momento de 2022 em que se vê a atual tentativa de ressignificação.

Para tal, será adotada uma análise semiótica de imagens históricas, respectivas a cada um dos momentos brevemente aqui analisados, com o intuito de analisar as aproximações e distanciamentos desse imaginário ideológico de um verdeamarelismo, bem como, as aproximações e distanciamentos de valores fundadores do mito do Brasil.

Destarte, segundo Santaella (1996, pg.21): “a fenomenologia seria, segundo Peirce, a descrição e análise das experiências que estão em aberto para todo homem”, ou seja, a semiótica trata-se de um estudo de observação dos fenômenos para entender as duas diferenças e então ser capaz de classificá-las em categorias vastas, que dão conta de todos os fenômenos a que se apresentam. Ou seja, a semiótica peirciana desenvolve uma teoria triádica de três modos, como os fenômenos aparecem à consciência e modos de operação do pensamento.

A primeira forma então trata-se da primeiridade, ou seja, referente ao presente imediato, de forma que não pode ser descrita, apesar de, segundo a autora, poder ainda ser indicada ou imaginadamente criada. Trata-se de qualidades e sentimentos não articulados, constituintes de sensações presentes e uma qualidade do fenômeno, ao mesmo tempo que é um componente da secundidade, visto que a qualidade é apenas uma parte deste fenômeno e “a factualidade do existir (secundidade) está nessa corporificação material” (SANTAELLA, 1996, pg.30). Por fim, a terceiridade,

corresponde aos pensamentos em signos, que aproximam a primeiridade e secundidade, de modo a dar a forma a qual interpreta-se e representa-se o mundo.

Diante de qualquer fenômeno, isto é, para conhecer e compreender qualquer coisa, a consciência produz um signo, ou seja, um pensamento como mediação irrecusável entre nós e os fenômenos. E isto, já ao nível do que chamamos de percepção. Perceber não é senão traduzir um objeto de percepção em um julgamento de percepção, ou melhor, é interpor uma camada interpretativa entre a consciência e o que é percebido. (SANTAELLA, 1996, pg.31).

Segundo a teoria dos signos de Peirce, o reconhecimento dos fenômenos é possível através desta relação triádica também entre o signo (um primeiro), um objeto segundo e um interpretante terceiro; ou seja, um signo se propõe a representar um objeto, que significa dizer que esse produz em alguma mente algo que é mediante ao objeto, essa produção cuja causa é o signo e é denominada de interpretante.

Isso posto, entende-se que “o signo não é o objeto. Ele apenas está no lugar do objeto. Portanto, ele só pode representar esse objeto de um certo modo e numa certa capacidade” (SANTAELLA, 1996, pg.35). Essa relação triádica então ocorre quando o signo está em contato com um intérprete, um terceiro, para que possa produzir na mente desse terceiro alguma outra coisa relacionada ao objeto, mas que é resultado da mediação do signo.

Ainda sobre o interpretante, Peirce tece duas modalidades. Uma referente ao interpretante dinâmico, ou seja, o interpretante que se refere aquilo que o signo realmente produz, e outra referente ao interpretante imediato, que diz respeito ao que o signo está apto de produzir na mente interpretadora.

Partindo de tais conceitualizações, pode-se destacar que a bandeira do Brasil, ou de qualquer outro país, desempenha a função de signo pois representa sua nação, aqui no caso, o Brasil. Sendo uma representação enquanto signo, ela não é o próprio objeto Brasil, mas é uma representação que possui, dentro de uma norma acordada, a capacidade em si de interpretante imediato de produzir na mente de qualquer receptor que esteja em conhecimento de tais normas que aquela bandeira significa e faz referência ao país Brasil. Ainda em si, a flâmula do Brasil traz consigo um interpretante imediato que se refere exatamente as questões aqui analisadas de disputa, que dizem respeito ao objeto país Brasil e os atributos associados a esse signo que acredita-se fazer referência ao então objeto.

Através de uma análise da perspectiva histórica, busca-se observar de que forma se construiu a possibilidade de um interpretante imediato para a bandeira, enquanto signo, fazer referência a um objeto Brasil que na verdade trata-se de um recorte desse objeto, referente à apenas uma parcela de cidadãos que hoje estão de acordo com o governo atual e seus valores, uma grupo social que se reconhece como os “cidadãos de bem”, minimizando o potencial de fazer uma referência à um objeto que caracterizaria uma totalidade maior de nação e diferentes ideologias políticas.

Pode-se apontar então que as disputas simbólicas sobre a bandeira do Brasil buscam reforçar e ampliar as possibilidades de interpretantes desse signo e de ampliar as possibilidades de interpretantes do que é o reconhecimento do Brasil e do que é ser brasileiro.

Essas estratégias de apagamentos e esgotamentos das possibilidades de interpretantes da bandeira nacional como signo operam de uma forma que limitam também as possibilidades de se pensar o que realmente é objeto, e invisibilizam uma parcela de reconhecimento da identidade nacional. Uma vez que um signo é articuladamente pensado, ele já implica um processo de negação “porque afirmações sempre implicam a negação de uma outra coisa” (SANTAELLA, 1996, pg.29). Ou seja, o apagamento de interpretantes imediatos se dá muito mais pelo reforço do signo bandeira, como referência a um objeto estrategicamente articulado e recortado, e como parte de uma estratégia de legitimação de um posicionamento político como sendo a única via desse objeto.

## **CAPÍTULO 2 - SÍMBOLOS NACIONAIS, UMA DISPUTA HISTÓRICA.**

O uso de símbolos nacionais como estratégia para união de uma nação não é específico de uma época ou contexto, como já apontado, porém é também necessário reconhecer que o uso intenso dessa ideologia como um aparelho disciplinar ganha maior evidência em momentos de governos ditatoriais e conservadores, com destaque principalmente ao momento de ditadura militar no Brasil (1964 – 1985) que, não por acaso, corresponde ao maior momento de censura e restrição da população.

Se por um lado na História muito se fala sobre o uso da violência durante esse momento como forma de coerção (a contar o extenso número de pessoas perseguidas, assassinadas e desaparecidos ao longo deste período) e de coibir qualquer resistência política, por outro lado, o regime político também se valeu de um



uso positivista da ideologia nacionalista como forma de manutenção do poder para coação, buscando reforçar um patriotismo a fim de manter a unidade da nação e o domínio político.

Dessa forma, o que se observa neste recorte histórico de forma ressaltada é o uso dos símbolos nacionais como meio de reforçar um patriotismo que vai de encontro a uma aceitação da imposição governamental por um viés positivista. Tal concepção está em concordância com o pensamento estruturado por Pierre Bourdieu (2002) referente aos fins de produções simbólicas como instrumentos de dominação.

Segundo o sociólogo, os símbolos operam como instrumentos de uma integração social, como representações de um sentido e uma construção da realidade que é consensual de uma comunidade, e que define uma forma de poder intitulada de poder simbólico. Para o autor:

O poder simbólico como poder de constituir o, dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2002. pg. 14).

Ou seja, os símbolos nacionais foram estrategicamente utilizados durante a ditadura como forma de constituir um comportamento patriota de idolatração à nação, como referência do que é um comportamento esperado de um habitante pertencente a sua nação. Essa concepção, segundo Bourdieu (2002), reforça a função política de sistemas simbólicos de impor e legitimar uma dominação “contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados” (2002, pg.11).

Diferente do uso por parte do governo do poder de exercer a violência aos que não se enquadravam nesse comportamento idealizado de submissão e cumplicidade como forma de repressão, o poder simbólico “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2002, pg.7). Como poder simbólico, ele trabalha na construção dos signos, que só se exercem poder se forem reconhecidos, agindo como uma força transformadora e legitimada.

Nessa relação de poder durante a ditadura militar retoma-se que o cidadão patriota corresponde ao cidadão brasileiro pró-nação, o “cidadão de bem”, de forma que todo aquele que não idolatra o seu país ou apresenta uma resistência, representa um inimigo comum, aquele que deve deixar a pátria. O uso das cores oficiais do Brasil,

verde amarelo e azul, eram usados então de forma a legitimar frases de propagandas do governo que estimulavam essa postura de idolatração e reforçaram uma frente positivista, tanto em relação ao amor à pátria quanto aos avanços econômicos, parte de uma construção de uma imagem de um país próspero.

Ilustração 1: Slogan utilizado durante a Ditadura Militar.



Fonte: Acervo de imagens do Google.

Sendo assim, a identidade de uma nação é baseada na sua relação com a diferença, como apontado por Benedict (2008), se idolatrar o Brasil corresponde à uma postura nacionalista do que é ser brasileiro, ser contra qualquer tipo de governo nesse momento corresponde à um comportamento daqueles que então seriam antinação, ao inimigo comum que deveria ser exilado. Esse mesmo pretexto trouxe uma contraposição entre “cidadãos de bem” vs movimentos comunistas antipatriotas que deveriam ser contidos na era de Getúlio Vargas, que nesse contexto político de ação contra o “perigo vermelho”, declarou estado de sítio em 1935, declarando estado de guerra em 1936, de forma que todos os direitos civis foram suspensos e todos aqueles considerados ameaça à nação passaram a ser perseguidos.

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas). (CHAUI, 2000, pg. 41);

Mais do que contrapor os cidadãos de bem por meio de um patriotismo exacerbado em contrapartida aos cidadãos do perigo vermelho, o período da ditadura durante o governo Médici também contou com outro alicerce para o reforço positivista da bandeira como um símbolo de uma propaganda ditatorial: a copa do mundo de 1970. Se as cores da bandeira entoavam a propaganda com frases de efeito como “ninguém segura esse país”, a vitória brasileira na copa do mundo que ocorrera no

México foi utilizada para reforçar o momento positivo atrelado a esse governo, um reforço de unidade nacional e prol de um orgulho das vitórias e amor à pátria.

Segundo Roberto Damatta (1994), o campeonato mundial teve forte importância da reafirmação da bandeira nacional como um símbolo nacional popular, realmente aderido por todas as parcelas da sociedade como representação do seu pertencimento.

No caso brasileiro, foi indiscutivelmente através do futebol que o povo pôde finalmente juntar os símbolos do Estado nacional (a bandeira, o hino, as cores nacionais), esses elementos que sempre foram propriedade de uma elite restrita e dos militares, aos seus valores mais profundos (DAMATTA, 1994, pg. 17).

Se os militares e o momento intitulavam uma formalidade de como a bandeira deveria ser apresentada, como o hino nacional deveria ser proferido ou a forma como a bandeira nacional deveria ser reproduzida, estabelecendo assim uma formalidade quanto ao usos dos símbolos nacionais e salientando o pertencimento desses símbolos por instituições - como de acordo com a Lei 5.700 criada em 1971 sobre as reproduções e ensino da bandeira - o momento da copa do mundo aproximou a camada mais popular desses símbolos através de seu uso de uma forma menos institucionalizada durante a copa de 70, em que torcedores utilizavam-se da bandeira de forma coloquial para torcer. Ainda segundo o autor o futebol:

É um formidável código de integração social. De fato, o futebol ajuda uma coletividade altamente dividida internamente a afirmar-se como uma coletividade capaz de atuar de modo coordenado, corporadamente e de eventualmente vencer. (DAMATTA, 1994, pg.16)

Ou seja, uma das dramatizações do futebol que culminam em sua alta aderência estaria na possibilidade de o esporte oferecer ao povo a possibilidade de êxito, de vencer, através do seu desempenho como torcedor. Esse “vencer” em campo da copa de 70 foi então apropriado pelo governo, em alinhamento com uma propaganda de “ninguém segura esse país”, atrelada à aderência popular dos símbolos nacionais.

Médici, que era conhecido pela sua paixão pelo futebol, via na copa a possibilidade de ofuscar o endurecimento da repressão do seu governo, evocando o patriotismo do torcedor. Houve então esforços de aperfeiçoamento do time a competir pelo tricampeonato por parte do regime militar como forma de promoção do

nacionalismo. A seleção ganhadora da terceira copa, voltou então, com o status daquela que presenteou a ditadura com uma vitória.

Ilustração 2: Pelé levanta a taça de campeão com o ditador Médici



Fonte: El País (online), <sup>1</sup>2020.

Porém, mesmo reforçada pelo pensamento vitorioso da copa de 70, por volta de 1975 a ditadura passava então a demonstrar sinais de fraqueza e de um processo de transição política que culminou no evento do fim da ditadura militar e na implementação de um regime democrático vigente. Pode-se fixar esse processo de redemocratização e circunscrevê-lo ao período que vai de 1975 a 1988, originando então a nova Constituição (CHAUÍ e NOGUEIRA, 2007).

Alguns fatores culminaram neste enfraquecimento, como em 1974 discutia-se a ideia posta em prática da “abertura democrática”, proposta pelo general-presidente Ernesto Geisel, o quarto general a exercer o poder após a deposição do presidente João Goulart; além da ocorrência do entrelaçamento das esquerdas e intelectuais na América Latina sobre a questão do autoritarismo. Além disso, na mesma época o “milagre econômico brasileiro” de aceleração da economia sofreu retrocesso devido também aos impactos da crise do petróleo, gerando tensões sociais devido ao cenário de pobreza, aspectos que abriram espaço para a oposição.

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-07/a-selecao-que-presenteou-a-ditadura-com-uma-taca.html> (Acesso em 04 de out. 2022).

Ainda nas eleições parlamentares de 74 o governo teve o impacto da vitória predominante da oposição (MDB concorrendo versus o Arena). No decorrer desse cenário, a proposta de votação da emenda das diretas resultou na movimentação que levou milhares de pessoas às ruas para pedirem a volta de um sistema democrático no movimento conhecido como “Diretas Já”.

É verdade que no final do governo Figueiredo, depois de vinte anos de autoritarismo, as pressões para ampliar a democratização intensificaram-se, sobretudo com as mobilizações populares a favor das “Diretas Já!”. Lideradas pelos partidos da oposição (PMDB, PDT, PT e outros) e com apoio de instituições da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Associação Brasileira de Imprensa – ABI e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, as manifestações, todavia, não impediram a derrota no Congresso em abril de 1984 da emenda do deputado Dante de Oliveira do PMDB.” (CARVALHO, 2005, pg. 135).

Apesar da derrota da emenda constitucional proposta, o que se viu foi a ruptura de um movimento que expressava o anseio popular por um governo democrático. Instaurou-se um forte exercício da oposição, liderada por diferentes partidos e que contou com figuras como Leonel Brizola, Luís Inácio da Silva, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, que estiveram à frente de comícios e protestos que tomaram uma enorme dimensão no período. “O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva” (DELGADO, 2007, pg.2).

Ilustração 3: Propaganda em prol das “diretas já”.



Fonte: Zona Curva<sup>2</sup>, 2019.

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.zonacurva.com.br/o-brasil-desperta-movimento-das-diretas-ja/>. Acesso em 02 de nov. de 2022.

Por parte do movimento “Diretas Já” o que se via era o povo brasileiro envolto de frases que expressavam o direito à uma restauração da democracia, como “Presidente, quem escolhe é a gente. Eleições Diretas Já”; “Eu quero votar pra presidente”; “Um, dois, três, quatro, cinco, mil: queremos eleger o presidente do Brasil”. Nesse momento também repercutia o uso de símbolos nacionais, como as cores da bandeira, associados a tais frases de ordem do movimento.

Se em um momento anterior discorreu-se sobre o uso de signos nacionais como parte de uma estratégia de um governo ditatorial, de uso exclusivo de uma parcela pequena da nação que detinha o poder através do uso da violência e da repressão como parte de um incentivo à um nacionalismo a fim de se manter a integridade de uma ditadura e suprimir a resistência; durante a copa do mundo de 70 o que viu-se foi uma intensificação dessa ruptura dos símbolos nacionais, ampliada à uma parcela muito maior da população, de cunho, agora, mais popular e não apenas institucional como o emprego dos símbolos nacionais até então sujeitavam, através de um simbiose na qual o uniforme verde e amarelo da seleção reforçou um caráter vencedor e de avanço de um governo.

O movimento das “Diretas Já” e o uso das cores símbolos do Brasil em manifestações que ganharam o país a pedido da democracia marcaram um rompimento com o objeto ao qual tais símbolos nacionais traduzem. Durante a ditadura e a copa de 70, as cores verde e amarelo e a própria bandeira operaram como símbolos que traduziram e reforçaram a propaganda de sucesso de um país sob o regimento de uma ditadura.

Ou seja, um governo conservador caracterizado pelo não cumprimento dos Direitos Humanos, marcado pelo conservadorismo e o uso da violência para calar a pluralidade política, de forma que os símbolos nacionais passaram a representar um Brasil controlado pelos cidadãos de bens patriotas e que, qualquer outro que não concordasse com o governo vigente, a esse país não pertencia e deveria ser exilado ou aniquilado. Sendo assim, os símbolos nacionais empregados à propaganda dessa forma de governo não davam conta desses excluídos, não representavam o todo de uma população brasileira, bem como suas divergências.

Durante as exaltadas manifestações das “Diretas Já”, observou-se uma contraposição, na qual usa-se os símbolos nacionais para colaborar com o pedido de um novo Brasil, em que se pode escolher quem é o presidente, ou seja, o emprego

de tais signos é utilizado para fazer referência à um país democrático no qual existem distinções políticas, mas elas então passam a ser comedidas às eleições.

Uma primeira análise comparativa daria conta de dizer que, durante a ditadura militar, o que nota-se é o uso de símbolos nacionais em detrimento de uma parcela da população, enquanto durante o movimento de “Diretas Já” existe uma passagem para o uso destes mesmos símbolos para representar uma forma de governo que abrange as idiosincrasias políticas da nação.

Ainda sobre a ressignificação do uso potente dos símbolos nacionais como representantes de uma democracia, é fundamental destacar um segundo momento durante o movimento posterior aos caras-pintadas. Apesar de Fernando Collor de Mello ter sido eleito por um processo democrático em 1989, após os 29 anos de ditadura militar no Brasil, e apesar de ter sido eleito com vitória sobre Luiz Inácio Lula da Silva em uma campanha política focada na aniquilação da corrupção com o slogan “caçador de marajás”, o ano de 1992 foi marcado pelas movimentações de impeachment devido ao declínio de seu governo, principalmente por escândalos de corrupção.

Primeiramente, analisando o momento anterior ao seu governo, mais especificamente a sua candidatura, pode-se aqui reconhecer de antemão o uso das cores nacionais em uma campanha que buscou validá-lo como o novo homem à frente da nação, que ao mesmo tempo preservaria uma certa conservação do que se imagina quanto ao fazer político, e consonância a uma proposta de novo Brasil, frente à corrupção desse mesmo sistema.

O slogan de sua campanha trazia a frase “Vamos construir um novo Brasil”, pautado em reforçar uma ruptura com uma antiga prática política, apresentando o candidato como uma nova opção de novo. Nota-se que a campanha se utilizou do uso das cores nacionais para destacar o candidato.

Já ao analisar a campanha do candidato Luiz Inácio Lula Da Silva para as mesmas eleições, têm-se o contraste do uso da cor vermelha do partido, aquela já atribuída em períodos anteriores ao “perigo vermelho” de uma ameaça comunista. A própria estratégia política de cada candidato, bem como se apresentavam com suas propostas de governo, criaram uma oposição entre um candidato que já vinha de uma família com presença na vida política, bem-preparado e com um plano de modernização do país que só crescia ao longo dos resultados das pesquisas sobre a

disputa; em contraposição a um candidato operário, sindicalista, que destoa da figura de um presidenciável e representa uma esquerda radical.

Ilustração 4: Campanhas eleitorais divulgadas em 1989.



Fonte: Revista Fórum, 2019.<sup>3</sup>

Em edição da “Revista Istoé” de 19/07/1989, a manchete trata de “O figurino dos presidenciáveis” em que Lula é apresentado como o candidato “ecclético”: “A estratégia de produção da alteridade coloca Lula como o Outro, “o do boné”, como aparece na legenda da foto do candidato” (RAMALDES e PRADO, 2008, pg.5). Já Fernando Collor é “um dos candidatos mais preocupados em lapidar a imagem e em parecer elegante”, como “uma receitinha pronta, todo durinho” (RAMALDES e PRADO, 2008, pg.5). Ou seja, tanto na representação e crítica da mídia como na forma de construir a campanha de cada candidato representam Fernando Collor como a conservação, a preservação de um ideal de homem do poder que preservaria o país da corrupção, contrário à outra proposta de governo figurada por Lula, que é compreendida como a esquerda radical.

Se por um lado a campanha à presidência de Fernando Collor foi pautada principalmente no combate à corrupção do poder público, após sua eleição e uma série de escândalos de corrupção envolvendo sua gestão, surgiu uma das mais patentes manifestações cívicas da história do Brasil. Ainda com antecessores de

<sup>3</sup> Disponível em <https://revistaforum.com.br/opiniaio/2019/12/16/apos-30-anos-da-campanha-contra-lula-favor-de-collor-propria-globo-alvo-das-regras-que-inventou-66000.html>. Acesso em 10 de out. de 2022.



desgaste do seu governo com o Plano Collor, reforma econômica famosa pela medida de bloquear valores acima de 50 mil cruzados novos depositados em contas físicas e jurídicas e devolver depois de 18 meses com valor corrigido pela inflação que não ocorreu em sua totalidade, as manifestações foram iniciadas a partir das notícias de esquema de corrupção envolvendo o seu governo. Em entrevista publicada pela revista *Veja* em 1992, Pedro Collor, irmão de Fernando Collor, publicou um dossiê com fontes incriminando Paulo César Farias (PC), ex-tesoureiro da campanha presidencial de Fernando, de um esquema de corrupção que envolvia tráfico de influências, irregularidades financeiras (como sonegação de impostos e cobrança de comissão a empresas na construção de obras públicas) e contas fantasmas. Assim sendo, após adiamento, no dia 27 de maio de 1994 o congresso abriu uma CPI para investigar as denúncias e iniciar o processo de impeachment do então presidente.

Como esforço de tentar reverter o contexto de efervescência política e se apropriar das cores nacionais, Collor convocou a população para ir às ruas em apoio ao seu governo no dia 16 de agosto de 1992, um domingo, pedindo que usassem verde e amarelo, as cores então utilizadas em sua campanha política para o cargo ocupado. Como oposição ao pedido do então presidente, os manifestantes ocuparam as ruas usando roupas e os rostos pintados na cor preta, além das cores nacionais, que representou o luto pela corrupção e a insatisfação com o governo.

O movimento das manifestações foi intitulado de “caras-pintadas” para designar esse grupo que teve um forte caráter estudantil e que reivindicava em passeatas o processo de impeachment do então presidente, e que ficaram marcados pelos rostos adornados com as cores nacionais. Tais manifestações resultaram na esfera pública e popular no pedido de saída do então presidente do poder.

Os “rostos pintados” simbolizam para o movimento uma relação de identidade cultural, em que se diferenciam enquanto outrem, e se pertencem como os membros de uma geração. As caras pintadas de verde e amarelo são códigos nacionais, que representam o patriotismo, que situam numa lógica de máscara presente naquele ser que seria o “primeiro” brasileiro: o índio. Possui um caráter tribal, o que designa como marca de visibilidade de Rodrigues (1997), o que resulta na espetacularização dos movimentos sociais, e conseqüentemente da política. (QUINTÃO, 2010, pg.111).

Além de notar uma forte conformidade entre o movimento “caras-pintadas” e o “diretas já”, referente ao uso dos símbolos nacionais em prol de uma reivindicação coletiva marcada por um nacionalismo defensor da democracia, o movimento dos

“caras-pintadas”, em específico, ficou conhecido por ser um movimento predominantemente jovem, reforçado principalmente pelos movimentos estudantis, além de trazer uma nova estética carnavalescas às manifestações, que foram marcadas por uma características festivas, como a alegria e bom humor dos jovens manifestantes, além de um apartidarismo: “Essas passeatas estavam “colorizadas” ganhando o tom irreverente do carnaval” (QUINTÃO, 2010).

Ilustração 5: Manifestantes nas passeatas "Fora, Collor"



Fonte: Memória “O Globo”<sup>4</sup>, 2013.

### **CAPÍTULO 3 - A APROPRIAÇÃO DA BANDEIRA BRASILEIRA POR UMA EXTREMA DIREITA.**

Em junho de 2013 o Brasil vivenciou um marco sociopolítico e de organização e transmissão midiática no que tange à história de protestos cívicos. As jornadas de junho (iniciadas no dia 6 de junho), poucos dias depois, foram capazes de movimentar cerca de 1,4 milhões de pessoas às ruas no dia 20 de junho, nas principais capitais do país. Iniciativas motivadas pela pauta de reivindicações contra o aumento de vinte centavos no preço das passagens de ônibus, o movimento apresentou um desmembramento de pautas que passaram rapidamente a manifestar a insatisfação pelas qualidades dos serviços públicos, a corrupção do país, além das iniciativas e

<sup>4</sup> Disponível em <http://memoria.oglobo.globo.com/fotos/caras-pintadas-contra-collor-9430223>. Acesso em 05 de outubro de 2022.

verbas investidas para a então futura realização dos eventos esportivos da Copa do Mundo Fifa e Olimpíadas recebidas no país. Os protestos, pautados inicialmente por uma motivação, apresentaram uma catalisação generalizada de insatisfações de diferentes parcelas da população naquele momento.

Outra particularidade que as jornadas de junho apresentaram foi o fato de as manifestações adquirirem um caráter apartidário, sem lideranças definidas, visto que foram organizadas principalmente por redes sociais, sem dirigir-se especificamente contra algum partido ou figura política (NOBRE, 2013). “Num universo de simulacros desprendidos de suas bases, em que os indivíduos se relacionam diretamente sem mediações visíveis, os manifestantes virtuais não canalizam seu descontentamento pela representação política” (SECCO, 2013, pg. 125).

Apesar da presença central do MPL (Movimento Passe Livre), apesar de se dizerem apartidários, as manifestações endossaram frases e cartazes de “sem partido”, passando a negar a representação política de partidos.

Ainda segundo Nobre (2013), as revoltas de 2013 apresentaram um avanço ao se desvencilhar de uma organização única com lideranças definidas, enquanto as manifestações de 1984 foram lideradas por partidos de oposição ao regime, e as manifestações de 1992 apoiadas pela UNE (União Nacional dos Estudantes). Ou seja, as manifestações de junho de 2013 não reivindicavam uma mudança para um sistema democrático, mas ressaltaram que esse sofre uma crise de representação, em que a sua demanda de pluralismo já não se reflete em representações partidárias.

Entretanto, ainda no decorrer das manifestações de 2013, pode-se observar uma participação de grupos de direita capazes de tomar a pauta em momentos pontuais do protesto.

Não há dúvida de que forças de direita praticam um “entrismo” peculiar: não tendo partidos que as representem, surfam na onda do antipartidarismo e buscam se apropriar de maneira exclusiva de símbolos como a bandeira nacional ou da brasilidade de certos cantos de estádios de futebol. Havia cartazes que defendiam a ditadura militar e pediam seu retorno. Houve confrontos graves, físicos inclusive, praticados por manifestantes declaradamente de direita”. (NOBRE, 2013, pg.13).

Ilustração 6: manifestações em 2015 pedindo o impeachment e intervenção militar



Fonte: BBC News Brasil<sup>5</sup>, 2018.

De forma geral, o que se analisa após a sucessão das jornadas de junho é um movimento de apartidarismo e anticorrupção. Apesar das manifestações não terem sido um movimento de direita, visto que várias pautas de gênero, classe social, direitos trabalhistas e lgbtqia+ foram englobadas nas multidiversidades de pautas ramificadas, os aspectos listados de apartidarismo e anticorrupção foram desvinculados de partidos políticos e pautas da esquerda, de forma que culminou em um contexto político que reforçou políticas de direita e conservadoras até haver a eleição de um presidente dessa frente.

Se nesse momento histórico do país houvesse uma tentativa de apropriação da pauta anticorrupção, bem como os símbolos nacionais do país por parte da direita, posteriormente observa-se uma concretização dessa apropriação. Além disso, apesar das diferentes pautas em questão, ainda foi possível notar nas jornadas de junho uma certa congruência nacional em torno das manifestações, ainda dentro de um pensamento de nação. Entretanto, os eventos que se sucederam passaram a reforçar uma cisão e dar contorno à polaridade política que se pendura até os dias de hoje.

Já no que se refere ao uso dos símbolos nacionais, pode-se demarcar que desde o período das jornadas de junho nota-se o início de um encadeamento dos seus usos em detrimento dos grupos de direita, se intensificando junto à polaridade política nos eventos decorrentes, bem como o ambiente de instabilidade quanto as frentes políticas e a persistência de um discurso de ética e anticorrupção.

---

<sup>5</sup> Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>>. Acesso em 05 de out. de 2022.

Após as jornadas de junho, o que se acompanhou foi uma queda gradativa da aprovação do então governo Dilma Rousseff, que veio a culminar então no seu processo de impeachment. A reprovação foi fomentada por reajustes fiscais impopulares e mudanças previdenciárias de seu governo, além da ardorosa “Operação Lava Jato”, na qual se envolveram membros do PT nas investigações de um complexo esquema de corrupção. Ademais, a esfera patriota se reforçou amotinada em críticas ao programa “Mais Médicos”, política que possibilitou a contratação de médicos estrangeiros para atuarem em locais com ausência desses profissionais, sancionado durante o governo Dilma.

Então, em 2015, o PSDB deu entrada ao pedido para a cassação do mandato de Dilma, e Eduardo Cunha instalou a CPI da Petrobrás. Além disso, em março de 2016, Lula foi submetido a prestar depoimento ao interrogatório pelo então juiz Sérgio Moro por lavagem de dinheiro e corrupção passiva no processo do apartamento tríplice. Todo esse contexto culminou nas manifestações que foram às ruas pedir o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, além de Lula ser representado como um “pixuleco” ladrão por um boneco inflável nas manifestações e a figura de Sergio Moro ter sido posta como um herói nacional frente à corrupção.

Em consonância, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) expôs o pato amarelo inflável durante o protesto na Avenida Paulista, ocupada por 500 mil pessoas, sendo a maior mobilização já registrada na história da cidade, e que se tornou um dos principais símbolos das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff. Novamente, trazendo a cor amarela da bandeira, o pato apresentava a frase “não vou pagar o pato” e, segundo a instituição, representava a luta contra o aumento da carga tributária, reforçando o apoio do setor industrial às manifestações.

Além disso, o caráter de movimento de direita teve endosso pelas principais lideranças a organizarem as manifestações. O MBL foi uma das principais, composto por lideranças jovens com o discurso de ser um movimento político brasileiro liberal conservador e vinculado à direita, além da forte participação do “Vem Pra Rua”, que apresenta a sua fundação associada ao alvo contra o governo da ex-presidente Dilma Rousseff e seu impeachment, além do combate à corrupção e de uma liderança composta por empresários da elite econômica.

A marca estética dos protestos foi o uso dos símbolos nacionais, como o verde e amarelo da bandeira brasileira, que adornou várias peças publicitárias e “vestiu” os

manifestantes (TATAGIBA, 2018, pg. 118). Ademais, segundo a autora (TATAGIBA, 2018), o que observa-se entre as pautas das manifestações não foi apenas uma organização contra o atual governo, mas um movimento antipetismo e antiesquerda de uma forma mais ampla, ficando evidente nas palavras de ordem associadas então aos símbolos nacionais que deram endosso aos protestos, como “O Brasil não será uma outra Venezuela” ou então “Minha bandeira nunca será vermelha”.

Ilustração 7: Manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff.



Fonte: Época Negócios (online), <sup>6</sup>2016.

Se após as jornadas de junho se constatou a predominância de um apartidarismo dos protestos, apesar de tentativas de captação por partes de momentos das manifestações por uma frente de participações da direita, os protestos demandando o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, a partir de 2014, definem um marco na apropriação e uso dos símbolos nacionais em prol de uma pauta direita e conservadora.

Além do eixo de direita no que tange a pauta política, é a partir desse momento que têm-se a consolidação de tais símbolos congruentes a um movimento também caracterizado por uma propriedade cristã e em defesa da família, de forma que parte principal das pautas das manifestações “giraram em torno da questão da ordem e da segurança” e da “defesa dos valores da família” dirigidas principalmente contra

<sup>6</sup> Disponível em <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/03/protestos-anti-governo-marcam-domingo.html>>. Acesso em 12 de out. de 2022.

políticas de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos” (TATAGIBA, 2018, pg. 117).

Ou seja, em relação ao uso dos símbolos nacionais, identifica-se que desde 2013, a partir das jornadas de junho, com uma consolidação desde 2014 com tais protestos, a bandeira do Brasil, bem como a reprodução das suas cores e estética, passou a ser fortemente associada por um grupo de direita conservador e cristão, de forma que se uso, de tão capturado por tal parcela, passou a representá-los.

Nota-se a partir desse momento que a bandeira do Brasil deixa de exercer um símbolo da nação como um todo e passa a representar uma parcela nacional, tida e se intitulada como os “cidadãos de bem”, de forma que tais símbolos, enquanto signos, produzem predominantemente um significante associado a tais grupos. Em contraposição, o que se observa entre as pautas em combate por esse grupo é uma narrativa antiesquerda, o desprezo pela bandeira vermelha - historicamente associado ao comunismo - e ao “perigo vermelho” e ao principal partido representado no Brasil, o PT (Partido dos Trabalhadores).

O que se pode acompanhar é que essa apropriação e associação das cores nacionais foi captada e mantida pelo eleitorado do então governo eleito em 2018 de Jair Bolsonaro, que já apresenta por si só sua formação militar e traz consigo uma reverência aos símbolos da pátria. Basta analisar as fotos da posse do então presidente para facilmente identificar a dominância do uso dos símbolos nacionais e da bandeira como parte da legitimação de tal governo.

Ilustração 8: Posse de Jair Bolsonaro.



Fonte: Istoé dinheiro online<sup>7</sup>,

<sup>7</sup> Disponível em <<https://istoe.com.br/posse-do-presidente-jair-bolsonaro/>>. Acesso em 02 de nov. de 2022.

Desde as eleições de 2018, o que acompanha-se do grupo de direita apoiador do então governo é o uso dos símbolos nacionais associados a uma ideologia tanto nacionalista quanto religiosa, em que o próprio lema da campanha eleitoral e governo “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, deixa clara tal associação e enfatiza o uso da bandeira nacional como representação de um país legitimado para uma parcela, no caso, aquela que é cristã.

Para além dessa frase de efeito, o próprio presidente já ressaltou em falas, como “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias” (conforme apresentado em reportagem por *Istoé on-line*, em 24 de setembro 2018), que tal nacionalismo e governo opera em detrimento de uma parcela cristã, negando qualquer outro cidadão que não se enquadre em tal opção religiosa. Ou seja: “ele também produz um excedente por exclusão, um antigupo que é constatado como tal na medida em que é desidentificado com o repertório que representa o primeiro grupo” (SCOLA, 2020, pg.2). Em síntese, é um governo que reconhece o hegemônico e tradicional e não se vale do seu papel de Estado para as minorias, de forma a negá-las dentro do pertencimento da nação.

Além disso, ao ser associada ao governo de extrema direita de forma legitimada por tais grupos, a bandeira nacional tem as suas possibilidades de interpretante imediato reduzida quando se refere a capacidade da bandeira do Brasil representar minorias e grupos como os não-cristãos, mulheres, lgbtqi+ e outros que tal governo fere através de suas falas e políticas de exclusão.

O que se nota é uma predominância da bandeira do Brasil em gerar um interpretante do cidadão de bem, ao qual ela passa a representar após a captação do seu uso por tais grupos. Basta considerar os esforços de cidadãos que não se identificam com tal governo, que a bandeira passa a representar, em negar seu uso, ou então, ao fazê-lo, aplicar esforços para se desassociar destas interpretantes, conforme demonstrado na imagem abaixo:



Ilustração 9: Manifestante vai com blusa da CBF para manifestação pelo impeachment de Bolsonaro



Fonte: Jornal Estado de Minas Online<sup>8</sup>, 2021.

Desde a sua apropriação por parte de tais eleitores e governo que sustenta um nacionalismo excludente e faz da camisa de uma nação o seu símbolo, através de todo processo de apropriação aqui desenhado, o que se observa é um processo do uso da camisa do Brasil como um símbolo a representar um mesmo objeto, uma nação, mas que passou a produzir quase que preeminente um novo interpretante que é um recorte da mesma.

Como tais símbolos e cores são da nação (isto é, de toda a nação) e não de apenas uma parte dela, a sua apropriação, seja por um partido, um regime político ou mesmo por uma parcela da população (ainda que majoritária), implica, por consequência, na expropriação de todas as demais. É, justamente, isso o que tem ocorrido, nos últimos tempos, no Brasil e é a isso que denominamos de segundo sequestro do verde e amarelo.” (GUEDES e DA SILVA, 2019, pg.11)

Vale ressaltar que o movimento de governos conservadores que legitimam o uso de símbolos pátrios como representações de si não é um caso isolado do Brasil, o que se observa é uma intensa ascensão global do campo conservador e de governos de direita, e movimentos semelhantes de sua captura de símbolos pátrios. Como exemplo, na Finlândia, com associação da bandeira nacional a grupos xenofóbicos; nos Estados Unidos as tentativas de Trump de se apropriar da bandeira, ou então na Alemanha com uso de partidos de extrema direita, endossado pela premiê

<sup>8</sup> Disponível em <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/12/interna\\_politica,1304820/nao-sou-bolsominion-homem-vai-de-verde-e-amarelo-para-protestos-em-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/12/interna_politica,1304820/nao-sou-bolsominion-homem-vai-de-verde-e-amarelo-para-protestos-em-bh.shtml)>. Acesso em 02 de nov.de 2022.

Angela Merkel celebrando sua vitória em 2013 viralizou utilizando o símbolo (STUENKEL, 2019).

Isto posto, perante esse contexto político até os dias atuais, teceu-se essa sucessão de ações que levaram ao fato de que a camisa nacional é hoje uma representação de extrema direita, de forma que é negado o seu uso por parte dos brasileiros não querem se filiar a tal posicionamento, de forma que seu uso como símbolo da nação requer um resgate.

Portanto, no caso do Brasil, principalmente por se tratar de um ano eleitoral, despertam-se movimentos e discursos em disputa desse processo de ressignificação por uma bandeira do Brasil que “seja nossa”, desassociada de um conservadorismo e que dê conta de uma maior pluralidade de representação, ou seja, que dê conta de uma maior representação da nação. Por conseguinte, será analisada essa iniciativa a fim de investigar com quais possibilidades de interpretantes de “nação Brasil” busca-se romper quanto ao potencial da bandeira e quais interpretantes do que realmente é ser brasileiro busca-se dar atingindo com essa representação.

#### **CAPÍTULO 4 - A RETOMADA DA BANDEIRA É NOSSA.**

Apesar da bandeira do Brasil, até o presente momento, ter sido considerada como um símbolo pátrio capturado por um grupo conservador bolsonarista, nota-se que em paralelo há iniciativas de tentativa de disputa e rompimento com essa captação ao decorrer desse processo. Em 2022, tratando-se de um ano de disputa eleitoral, observa-se que a disputa por significações das figuras pátrias se intensifica, de forma que há tentativas de retomar a bandeira do país como um símbolo de reconhecimento de um estado nacional e seu pertencimento a uma só nação. Observa-se usos alternativos da bandeira, além da funcionalidade dada por essa parcela conservadora, associado a outros contextos que buscam enriquecer mais uma vez o seu processo de significação como símbolo.

Nos últimos anos, conforme aqui já citada a sucessão do contexto político, observa-se que além dessa significação da bandeira, o Brasil se encontra em um intenso quadro de fragmentação política-ideológica polarizada, e o atual ano eleitoral só reforça a radicalização política já identificada desde as eleições de 2014,

consolidada em 2022 com o segundo turno disputado por Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, de forma que as disputas por significação dos símbolos nacionais permeia uma disputa entre esquerda e direita pela predominância política, que é a principal pauta do ano.

Desde o ano de 2021 esse cenário já vinha a se estabelecer com o prosseguimento dos protestos também polarizados que se acompanham desde o ano de 2014. Com isso, desde o ano de 2021 começou a se evidenciar tal disputa por uma retomada simbólica da bandeira por parte da esquerda. Se ao longo do período aqui analisado referente a apropriação da extrema direita dos símbolos pátrios, o que se acompanhou foi também uma negação do uso da camisa do Brasil por grande parte dos brasileiros que não se identificavam então com a sua então referência simbólica, ou ainda, um sentimento de vergonha e desejo de não ser identificado então como parte de tal conservadorismo.

O que se passa a ver próximo da arena de disputa eleitoral que veio se configurando antes de 2022 foi também um reforço dos movimentos que buscaram resgatar tais símbolos da pátria. Se anteriormente “moderados em muitos países caíram na armadilha dos radicais e cederam o uso dos símbolos nacionais aos extremistas – e, com isso, abriram mão do debate sobre patriotismo” (STUENKEL, 2019), de forma a gerar uma percepção que tais cidadãos não valorizam o próprio país, o que é possível verificar é um crescimento do debate dos símbolos nacionais, que traz consigo concomitantemente uma ponderação sobre a identidade nacional, patriotismo e o orgulho de se identificar como pertencente a uma nação.

No entanto, o movimento que intensifica-se vai na contramão de permitir que o patriotismo adote mais uma vez traços ufanistas e constrói uma contraposição de que tal patriotismo pode estar associado a outras ideologias e símbolos nacionais, e não de representações mais amplas e democráticas.

Já em 2021 foi possível acompanhar manifestações de esquerda com protestos contra o presidente Jair Bolsonaro utilizando a bandeira nacional com a intenção de resgatá-la então do “bolsonarismo” e trazer o símbolo em conjunto com as cores vermelhas recorrentes nos protestos, conforme apresentado por Veja On-line <sup>9</sup>em 2 de outubro de 2021. Em 2022, principalmente no campo da arte e da cultura, o resgate

---

<sup>9</sup> Esquerda usa protesto para ‘resgatar’ bandeira do Brasil do bolsonarismo. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/esquerda-usa-protesto-para-resgatar-bandeira-do-brasil-do-bolsonarismo/>> Acesso em 01 de nov. de 2022.

do orgulho pelas cores da bandeira nacional surgiu como forma de contestação pela classe artística dos símbolos da pátria, com o uso por tais personalidades que por si só, devido aos seus posicionamentos, não possibilita então a associação vigente com um regime de direita.

O rapper Djonga, reconhecido por frequentemente tecer críticas a Jair Bolsonaro e por manifestações políticas em seus shows, além de se manifestar com tal posicionamento durante o Lollapalooza 2022 mesmo após tentativas de censura pelo então presidente durante o festival de música; durante o festival de música “Breve” que ocorreu em Minas Gerais, em abril de 2022, se apresentou vestindo a camisa da seleção brasileira de futebol, evitada por não apoiadores do então governo, e proferiu um discurso sobre o orgulho de usá-la: “com essa camisa aqui é mais gostoso de ouvir vocês gritando, porque os caras acham que tudo é deles, eles se apropriam do tema família, eles se apropriam do nosso hino, eles se apropriam de tudo, mas é o seguinte, é tudo nosso, e nada deles” (trecho de Mídia Ninja, 05 de abr. de 2022)<sup>10</sup>.

Ainda em abril de 2022 a cantora Anitta se apresentou no festival de música Coachella nos Estados Unidos vestindo as cores da bandeira, e pouco depois de se apresentar escreveu na rede social Twitter: “A bandeira do Brasil e as cores da bandeira pertencem aos brasileiros. Representam o Brasil em geral. Ninguém pode se apropriar do seu significado” (Twitter @anitta, 16 de abr. 2022).

Ademais, a cantora Daniela Mercury vestiu a bandeira nacional em seu show em comemoração ao dia do trabalho em São Paulo, organizado por centrais sindicais. Dois anos antes a mesma cantora evitou usar a bandeira em show realizado por meio de uma *live*, alegando não querer ser confundida com eleitores bolsonaristas e, no então show em maio de 2022 proferiu: “A gente precisa mostrar que são símbolos de um povo diverso e jamais de uma minoria extremista”.

Além disso, ainda no ano de 2022 observa-se surgir a tendência de moda nomeada de *Brazilcore*, que surgiu com vídeos e redes sociais, principalmente no Tiktok, que utilizam as hashtags #BrazilCore ou #BrazilianAesthetic do movimento e são conteúdos sobre *looks* de moda com as cores da bandeira nacional, e peças da moda caracterizadas como brasileiras, como a própria camisa da seleção de futebol,

---

<sup>10</sup> “Djonga resgata orgulho ao usar verde e amarelo em show: “com essa camisa aqui é mais gostoso de ouvir vocês gritando”. Disponível em <<https://midianinja.org/news/djonga-resgata-orgulho-ao-usar-verde-e-amarelo-em-show-com-essa-camisa-aqui-e-mais-gostoso-de-ouvir-voces-gritando/>> Acesso em 01 de nov. de 2022.

ou chinelos da marca Havaianas. Apesar da tendência apresentar toda uma problemática, por ser um movimento que se apropria, principalmente por pessoas brancas e pessoas não brasileiras, de uma estética já prevalecente e identificada como identidade da moda das periferias e favelas do Brasil, e só ser realmente reconhecida quando levada ao âmbito das redes sociais por pessoas que, em sua maioria que não são dessa origem, a tendência sinaliza um caminho da moda das cores nacionais não necessariamente associadas à um posicionamento político de direita.

Ainda, atrelado ao fato de que tal tendência também teve forte origem no exterior, mas de certa forma, seu reconhecimento foi absorvido nacionalmente por um grupo específico que até então não usava dessa estética, sinalizando e colocando em debate o uso dos símbolos nacionais e o início do seu desvencilhamento de pautas políticas aqui apontadas que permearam a bandeira como signo até o momento.

Outro exemplo significativo da importância dos signos cromáticos, que no atual momento voltam a remeter a disputas anteriores, é o caso das eleições presidenciais que ocorreram em outubro de 2022. Com o resultado dependendo do segundo turno entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula Da Silva, o que se identificou foi um contexto de volta da contraposição do uso das cores verde e amarelo com tom conservador, e o vermelho do PT, remetente aos governos de esquerda.

Ainda, perante a disputa em um segundo turno, vale ressaltar que Simone Tebet, candidata do MDB que perdeu a eleição no primeiro turno, depois de declarar seu apoio a Lula, sugeriu que a campanha trocasse o vermelho pelo branco, para atrair eleitores do centro que tenderiam a evitar um “perigo vermelho”, deixando de lado qualquer referência de signos associados ao comunismo e demonstrando-se um significante de paz, de forma que a significação de guerra e violência estaria posta para o outro lado.

A sugestão foi adotada e a campanha de Lula para o segundo turno pediu para que apoiadores deixassem a cor vermelha e usassem branco para votar. Além da estratégia ser evidenciada em um vídeo na rede social do Partido Trabalhador, em que a contraposição e o embate entre bandeira vermelha do partido e bandeira do Brasil associado ao governo adversário é reforçado. No conteúdo, conclui-se que a bandeira do Brasil também se incumbe de representar o apoio ao governo Lula, e que tal governo também pode contemplar o voto “pela família, pela paz e por um Brasil

melhor”, ou seja, se disputa os valores evidenciados na propaganda do governo adversário.

Ilustração 10: Trecho da campanha em prol de Jair Bolsonaro.



Fonte: Partido Liberal.

De forma geral, o que se identifica no atual contexto sociopolítico são discursos e tendências que podem ser tanto passíveis de interpretação ou trazem o discurso explícito de objetivo de retomada de significação para os signos pátrios. Dessa forma, através de uma metodologia semiótica, procura-se entender por esses discursos e narrativas quais interpretantes busca-se que a bandeira do Brasil, enquanto signo, esteja apta a produzir, ou seja, qual o valor de nação brasileira se deseja remeter através desses usos alternativos da bandeira.

Para tal objetivo, será analisada de forma mais aprofundada um conteúdo que traz a proposta de ressignificação das cores da bandeira brasileira e viralizou na rede social Instagram em maio de 2022, no perfil da artista Jujuliete (@jujuliete). Neste sentido, como metodologia semiótica, a análise será baseada na especificidade triádica dos signos, já apontada anteriormente neste trabalho, que traz um caminho

metodológico de forma a analisar os elementos de tal conteúdo. Em primeiro lugar, busca-se analisar as qualidades do signo, seus componentes estruturais, seguido de suas relações com o objeto representado por ele para, por fim, levantar as suas possibilidades de interpretação, partindo assim da relação entre o signo, seu objeto e seu interpretante.

“Quando a lógica triádica do signo fica clara para nós, estamos no caminho para compreender melhor porque a definição peirceana do signo inclui três teorias: a da significação, a da objetivação e a da interpretação.

– Da relação do signo consigo mesmo, isto é, da natureza do seu fundamento, ou daquilo que lhe dá capacidade para funcionar como tal [...] advém uma teoria das potencialidades e limites da significação.

– Da relação do fundamento com o objeto, ou seja, com aquilo que determina o signo e que é, ao mesmo tempo, aquilo que o signo representa e ao qual se aplica, e que pode ser tomado em sentido genérico como o contexto do signo, extrai-se uma teoria da objetivação, que estuda todos os problemas relativos à denotação, à realidade e referência, ao coumento e ficção, à mentira e decepção.

– Da relação do fundamento com o interpretante, deriva-se uma teoria da interpretação, com as implicações quanto aos seus efeitos sobre o intérprete, individual ou coletivo.” (SANTAELLA, 2008, p. 9-10)

Ou seja, segundo Santaella (2008), uma metodologia semiótica pode dar conta de analisar os signos com base em suas três características teóricas: a da relação do signo consigo mesmo; da relação do signo com o objeto e da relação do signo com a interpretação. Ainda vale ressaltar que para a autora, a esquematização desse fenômeno em sua frente triádica não traz um conhecimento histórico de tais processos, ou seja: “sem conhecer a história de um sistema de signos e do contexto sociocultural em que ele se situa, não se pode detectar as marcas que o contexto deixa na mensagem.” (SANTAELLA, 2008, p. 6), fazendo-se necessário também a contextualização histórica tecida aqui neste trabalho anteriormente.

Conseqüentemente, para análise do conteúdo em rede social nos perfis das artistas @eujuliete e @alinemaiadance, primeiramente serão analisados os componentes visuais, textuais e sonoros; constituintes de tais conteúdos e de que forma os símbolos nacionais são inseridos nesta vertente.

Ilustração 11: Dançarinas Juliete e Aline Maia.



Fonte: Instagram @alinemaia dance e @eujuliete

Observa-se primeiramente a presença dos símbolos nacionais, como os signos cromáticos da bandeira e as cores presentes nas roupas (nos *shorts*, em *tops* e acessórios) das artistas que seguem uma estética de estilo de moda também identificado na tendência *Brazil Core*, que são reconhecidas como uma estética de moda presente das periferias do Brasil. Apesar da escolha por uma pouca presença de roupa, os símbolos nacionais ficam evidentes nas peças e nos acessórios e são focados e ressaltados ao longo do vídeo.

Além disso, o cenário da produção do conteúdo é uma laje em uma favela reconhecida no Rio de Janeiro, símbolo também da cultura periférica no Brasil. As lajes são caracterizadas como um aspecto recorrente das moradias nas favelas, além do cenário do Rio de Janeiro ser mundialmente reconhecido como cartão postal do Brasil e ter um forte apelo de identidade nacional. O conteúdo foi gravado nesse



cenário e em momentos foca a visualização nesse fundo que traz a favela de vista, reforçando a imagem do local.

Quanto a legenda do post, temos: “A retomada da bandeira é nossa e ninguém vai nos segurar!! Para descolonizar a história, o Brasil é uma invasão, mas nossa cultura é a verdadeira riqueza imensurável!!!! Trazer as boas memórias de um Brasil com personalidade é o que queríamos com esse vídeo, e o hino carioca da @valescapopozuda deixa isso muito mais goooxxtoso!! Aproveita que esse clima tá quente e corre aprender essa coreografia que já está disponível na plataforma!” (Instaram @eujuliete e @alinemaiadance. 1 de mai. 2022).

Ou seja, além de componentes visuais de identidade nacional, o próprio componente textual deixa evidente o exercício de tentativa de retomada dos significados da bandeira. A música, como mencionado no texto, trata-se de um funk, estilo musical que apresenta uma perspectiva histórica de criminalização e preconceitos por suas origens também periféricas e abordagem de temas como a sexualidade. A canção em questão no vídeo é da cantora Valesca Popozuda e apresenta uma letra sobre liberdade e independência sexual feminina. No então vídeo, as duas artistas dançarinas, que são mulheres negras, apresentam uma coreografia de funk no local mencionado, portando então os símbolos nacionais inseridos nesse contexto e, ao longo do vídeo, ainda é possível ver frames das cores da bandeira sobrepostas ao conteúdo, reforçando o aspecto de uso das cores da bandeira.

A partir dos elementos postos, é possível listar as relações que a presença de símbolos nacionais tece com o objeto ao qual faz referência, ou seja, a nação brasileira. De forma geral, os elementos listados fazem referência a elementos de identidade nacional mediante os quais essa bandeira deve referenciar e, o que pode-se listar em uma primeira análise mais ampla, é que tais referências reforçam identidades que foram apagadas e não reconhecidas dentro de uma captação da bandeira nacional pelo então governo atual.

Ademais, os primeiros pontos mais evidentes, pelas roupas, gênero musical escolhido para a trilha e coreografia, pela letra da música e local representado é o aspecto periférico, ou seja, a presença da bandeira como símbolo de identidade em tal conteúdo representa um enaltecimento da cultura periférica como original e reconhecida como parte desse imaginário coletivo de nação. Se ao longo da história têm-se tentativas de apagamento da periferia como um problema social a ser

escondido, o vídeo traz uma valorização e legitimação da periferia e a sua cultura como partes inerentes à formação do que é constituinte do Brasil, aspecto ressaltado pelo texto da legenda: “Para descolonizar a história, o Brasil é uma invasão, mas nossa cultura é a verdadeira riqueza imensurável!!!!” (@eujuliete e @alinemaiadance). Identifica-se a certificação de uma cultura popular associada à bandeira, de tal maneira que a sua idolatração contempla o patriotismo, ou seja, idolatrar a pátria é idolatrar o que há de maior valor correspondente a cultura brasileira e produzida dentro da realidade nacional e não importada.

Um segundo aspecto de referencial de identidade é o reconhecimento da emancipação da mulher e de sua sexualidade, aspecto também abordado pelos signos, como as roupas que trabalham dentro de uma estética da sensualidade e a dança e escolha do funk, que são atrelados a essas características. O que o vídeo também reforça é a capacidade da identidade nacional dar conta da representação feminina pela qualidade da independência e não submissão, ainda mais por se tratar de duas mulheres pretas e em cenário periférico, de forma que se sobrepõe várias camadas de aspectos sociais e culturais, no caso então, as camadas de ser mulher, preta e periférica, que são historicamente oprimidas pelos mecanismos de poder.

O que o vídeo possibilita é um referencial de identidade em que se observa o oposto, em um discurso de liberdade e reconhecimento de cidadania de todas essas camadas levantadas e que são retratadas como um “Brasil com personalidade”, como diz a legenda, ou seja, são constituintes da identidade da nacional e a sua existência, atrelado ao uso da bandeira, reforçando a idolatração desses aspectos como elementos nacionais.

Abordando as então referencialidades aqui levantadas, cabe ainda analisar os efeitos quanto às possibilidades de interpretantes individuais ou coletivos e implicações de seus efeitos perante a atual referência da bandeira do Brasil enquanto signo da nação. Tais representantes listados apresentam relação de contraposição com interpretantes atuais, que são reconhecidas perante o cenário de captação da bandeira nacional até o ano de 2022. O que pode-se identificar em uma análise mais abrangente, é que o vídeo permite possibilidades de interpretação de reconhecimento de minorias sociais como legitimadas enquanto parte da nação, ou seja, este aborda o reconhecimento da camada periférica, negra e de recorte de gênero como parte do orgulho da identidade nacional, recortes sociais que foram invisibilizados em políticas

públicas nos últimos anos, ou deslegitimados em discursos do então presidente Jair Bolsonaro, cujo governo negligenciou pautas e discursos a tais minorias, ponto reforçado através de declarações que reafirmaram que as minorias devem “se curvar às maiorias” ou serão “esmagadas”.

Se hoje há uma captação da bandeira como signo que possibilita interpretantes de nação associada a parcelas da população privilegiadas, elitizadas e homogêneas, o que o vídeo referencia é uma abordagem do signo sendo capaz de enaltecer uma abrangência maior da população. O interpretante listado aqui tem teor de disputa e identidade exatamente por se sobrepor aos interpretantes que comumente se vê sendo despertados pelas figuras pátrias no atual contexto.

Ademais, analisando as demais relações dos símbolos com seu objeto aqui levantadas, outro interpretante possível que vale ser evidenciado é a possibilidade de uma contestação de valores cristões e de cidadão “de bem” altamente associados à pátria nos últimos anos. Se por um lado têm-se a eleição de um plano de governo que fortemente se resumiu com o slogan “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, tirando a qualidade do estado de ser laico, além de ações de governo e falas que desconhecem a necessidade de uma política de igualdade de gênero, com declarações de natureza sexual e machistas, o vídeo provoca possibilidades de interpretantes de exaltação da libertação da mulher, tanto sexual quanto fundamentada numa compreensão de empoderamento, enfatizando a emancipação de tais grupos dominados por uma dimensão social dos direitos de cidadania que são retratados.

Ainda, se por uma via nos últimos anos nota-se a bandeira do Brasil sendo fortemente associada a um interpretante de “cidadão de bem”, o vídeo reforça o empoderamento de grupos descriminalizados como parte “de um Brasil com personalidade”. De forma geral, pode-se identificar que a disputa por significações ocorre de tal modo que procura-se adicionar possibilidades de interpretantes que se contrapõe aqueles predominantemente vigentes atualmente para a bandeira como signo, ademais, como posto neste trabalho, uma vez que um signo é articuladamente pensado, ele já implica um processo de negação, e pode-se ainda reforçar que a disputa de significação reside no fato de que, ao afirmar e possibilitar novas referências de interpretantes para o objeto nação, tais conteúdos negam, se contrapõem aos dominantes e apagam pela afirmação de novos valores uma visão

excludente de nação que foi corroborada no último “roubo” da bandeira por um nicho da nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender de que forma operam os imaginários coletivos referentes as concepções de identidades nacionais, o presente trabalho levantou um referencial bibliográfico que aponta então as construções desse imaginário por meio de realces de heterogeneidade de uma nação, reforçando suas semelhanças e apagando as diferenças, através de uma “camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008), que através de símbolos nacionais elencados, possibilita a sua nação um sentimento de pertencimento e parte de uma população, ou seja, se reconhecem como brasileiro. No caso brasileiro, essa concepção está historicamente unificada ao mito do verdeamarelismo, ou seja, a uma concepção da identidade brasileira fortemente associada a perspectiva agrária do país, a sua valorização de atributos naturais, além de uma concepção sagrada do divino, conforme ressaltado por Chauí (2000).

Entretanto, compreende-se que tais concepção não são fixas, e as identidades nacionais sofrem constantes atualizações de acordo com os contextos culturais e políticos, e tendem a entrar em disputas de significações. Além disso, é possível traçar uma perspectiva histórica de tais princípios formadores do imaginário de nação brasileira, e de que forma ela tende a ir se moldando.

Neste sentido, através de um suporte teórico da semiótica peirceana, pode-se compreender que os símbolos nacionais então, ao remeterem ao objeto país Brasil, não são o objeto em si, ou seja, são signos que estão a postos de representar a concepção de Brasil e, em contato com um receptor, gerar um interpretante de Brasil. Assim sendo, se as concepções de identidade nacional sofrem alterações e vão se alterando ao longo de diferentes contextos, o potencial dos símbolos nacionais enquanto signos, bem como a sua capacidade interpretantes, também é suscetível a alternativas que podem englobar ou negar características dessa identidade.

Isso posto, a pesquisa passa por diferentes momentos da história, como a ditadura militar, a copa do mundo da década de 70, a campanha eleitoral de Fernando Collor, até chegar nas manifestações a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, e em todos esses momentos históricos pode-se identificar o uso dos símbolos nacionais como parte de um artifício para ufanar um sentimento de patriotismo exacerbada e, através de uma estratégia positivista, endossar um senso de unidade nacional acerca de concepções políticas e de governos.

O que se identificou, é que essa estratégia de uso do patriotismo como mecanismo de manutenção de unidade tende a ser reforçada em governos mais conservadores e se intensificam ainda mais em governos ditatoriais.

Por outro lado, o que se nota historicamente é que, contraposto ao uso dos símbolos nacionais como artifício de controle perante tais cenários, o que se observa são movimentações de reapropriação de tais símbolos para uma concepção mais ampla e plural, como um resgate dos símbolos pátrios pertencentes a pátria, e não a um grupo específico. Aqui têm-se o claro exemplo do contexto do impeachment de Fernando Collor que, ao tentar se apropriar das cores nacionais em favor de seu governo, sucedeu o seu uso em contestação própria, em um sentido mais amplo de retomada do símbolo como representante da nação e não de um governo específico.

Outra recorrente contradição marcada historicamente é a forte associação da cor vermelha como símbolo de governos comunistas que representam o “perigo vermelho”, ou então governos de esquerda no Brasil, e que, em diversos momentos, são contrapostos as cores nacionais de forma a demarcar o que representa a nação, o cidadão de bem e o que representar o seu oposto. As próprias eleições do ano 2022 e a campanha de Lula intencionaram sanar tal incongruência, de forma a endossar a cor branca, ou então de tentativas de trabalhar as cores nacionais e a cor vermelha, símbolo do seu partido e de sua trajetória política, de um modo não dicotômico e que não representasse extremos.

Analisando então o atual cenário, o que se constata é uma forte presença de narrativas e debates sobre a atual apropriação dos símbolos pátrios e, principalmente, por ser um ano eleitoral em que a população democraticamente optou por encerrar o atual mandato presidencial, as disputas sobre o potencial da bandeira do Brasil enquanto símbolo e signo nacional ganharam grande relevância.

A atual monografia traçou até aqui alguns dos exemplos de narrativas que se propõem a retomar e reforçar potenciais de representação para a bandeira brasileira, que dão conta de uma maior pluralidade ao remeter à uma nação e que não são associadas a um governo, são menos excludentes e são representantes de uma nação. Em específico, ao analisar uma produção audiovisual publicada em redes sociais, pode-se refletir que tais disputas trazem um esforço de reforçar camadas sociais que frequentemente sofrem tentativas de invisibilidade ou negação, de uma forma que, buscar reconhecer tais camadas como parte de uma identidade e mais, de

uma personalidade que deve ser vangloriada como parte patriotismo por serem constituintes da nação Brasil, são disputadas por um reconhecimento de parte da nação como povo. Se trata de em um país colonizado em que constantemente a história da população é apagada com intuito de uma homogeneização do que é um cidadão de bem, tais esforços narrativos são disputas por um reconhecimento de identidade.

Apesar de listar novas possibilidades de significações dos símbolos nacionais em discursos e produções contemporâneas e como essas se opõe a significações predominantes, alguns novos questionamentos são levantados através desse estudo, como: quais os efeitos dessas narrativas? Esse processo de disputa é capaz de produzir novos interpretantes mais plurais? Esse processo de captura da bandeira por um governo conservador de direita estaria em um enfraquecimento somado aos resultados das eleições de 2022?

O atual estudo, apesar de analisar possíveis interpretantes, não seria capaz de delimitar as possibilidades de referencial de um signo, aqui no caso os símbolos nacionais analisados. Uma vez que não há uma linha fixa de continuidade da semiose, suas possibilidades são infinitas e alteram-se e, uma vez que a semiose tem como resultado um novo signo, mediando um objeto para uma mente, trata-se apenas de um processo contínuo, conforme apresentado por Santaella (1992). Ou seja, é impossível esgotar as análises de possibilidades de interpretantes e de prever a quais novos predominantes de significado tais esforços tendem a gerar.

A partir de tal concepção, fica aqui reforçado o direcionamento para que a bandeira do Brasil tenha uma inclinação para enaltecer as diferenças e não para uma propensão aos apagamentos de diferentes Brasis, e que se compreende por fim que existe a possibilidade de um patriotismo que não é apenas um aparato de controle, mas pode ser também a expressão de um orgulho que funciona como reconhecimento das diferentes identidades que contempla seus cidadãos.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002
- CHAUÍ, M. S. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. 2000.
- CHAUÍ, M.; NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 173-228, 2007.
- CARVALHO, A. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). Dados, v. 48, p. 115-147, 2005.
- DAMATTA, R. Antropologia do óbvio-Notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista Usp**, n. 22, p. 10-17, 1994.
- DELGADO, L. A. N. A campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. In: São Leopoldo, XXIV Simpósio Nacional de História. 2007.
- GUEDES, S. L.; DA SILVA, E. M. A. O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. **Cuadernos de Aletheia**, n. 3, p. 73-89, 2019.
- NOBRE, M. Choque de democracia: razões da revolta. Editora Companhia das Letras, 2013.
- QUINTÃO, T. T. Os Média e a Construção dos Caras-pintadas. **Anagrama**, v. 3, n. 4, p. 1-16, 2010.
- RAMALDES, D.; PRADO, J. L. A. O corpo do poder: estudo semiótico da figura de Lula na campanha presidencial de 1989 nas revistas semanais Veja e Istoé. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 167-189, 2008. DOI: 10.25200/BJR.v4n2.2008.170. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/170> . Acesso em: 2 nov. 2022.
- SANTAELLA, L. O que é semiótica. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- \_\_\_\_\_ Semiótica aplicada. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
- \_\_\_\_\_ Time As The Logical Process Of The Sign. **Revista Semiotica**, v. 88, n.3, p. 309-326, 1992.
- SECCO, L. As jornadas de junho. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, 2013.
- SCOLA, J. Imagens literais demais: Pensando elementos estéticos no fazer político do bolsonarismo e suas consequências. **Novos Debates**, v. 6, n. 1-2, 2020.



STUENKEL, O. É preciso resgatar da extrema direita os símbolos nacionais –Em várias democracias ao redor do mundo radicais têm se apropriado de bandeiras nacionais para poder chamar vozes discordantes de inimigos da pátria. **El País**. Opinião. 15 de jun 2019. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/12/opinion/1560348817\\_282472.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/12/opinion/1560348817_282472.html). (Acesso em: 01 de nov de 2022)

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, n. 1, p. 112-135, 2018.